

# RESENHAS

## EDUCAÇÃO INTERCULTURAL COMO PRÁTICA DE LIBERDADE

<http://dx.doi.org/10.1590/198053143151>

MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria (Org.). *Currículos, disciplinas escolares e culturas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 347p.

Sem dúvida alguma, a perspectiva intercultural da produção de sentidos é a maneira pela qual, hoje, podemos produzir – se já não produzimos – outros saberes, práticas, formas de existências (subjetividades) e, de quebra, novas relações de poder. Isto é, a interculturalidade coloca-se para nós como uma problematização para o pensamento. Não se trata de uma metodologia, um modismo ou mesmo uma mera defesa de certos grupos sociais; ela é uma tarefa para o pensamento. Como pensar hoje sem considerar o fato de que os sujeitos alteram vivamente os sentidos determinados para a sua existência? Como desconsiderar que os sujeitos produzem ou fornecem outros sentidos para os espaços e tempos em que se encontram? Como acreditar que alguém deterá o rumo final das práticas sociais? Ora, desde o final da década de 1970, Lyotard já anunciava que as metanarrativas estariam minadas por micropáticas, micropolíticas ou microdesejos, os quais alterariam com razoável poder as cadeias de significados ou sistemas de significações até então existentes, confirmando a incredulidade nos grandes discursos. Esse movimento de produção de sentidos ou esse momento em que o pensamento pensa assim, da maneira como conhecemos hoje, não é outra coisa senão o deslocamento ou descentramento do sujeito, sobretudo – como já afirmou

Stuart Hall – aquele ocorrido no século XX, no qual o sujeito não aceita mais identidades fixas. Os discursos foram retrabalhados pelos sujeitos de maneira a produzir novos discursos e novos sujeitos. Portanto, nos deparamos com sujeitos construindo outras realidades, em geral se opondo – com certa ambiguidade, é verdade – aos conhecimentos ditos científicos, às padronizações de comportamento e às leis gerais ou universais que privilegiam um tipo ideal de homem, sociedade e cultura.

O livro organizado pelos professores Antonio Flavio e Vera Candau é a prova de que essa aposta está em curso, sendo ainda o início de um longo caminho; como diz a música: “se muito vale o já feito, mais vale o que será”. Isso porque a perspectiva intercultural permite que sejam readmitidos, ou melhor, produzidos, de maneira ambivalente, como já dito, saberes não subjugados a verdades científicas, práticas sociais não submetidas a padronizações burguesas e formas de existência à revelia do sujeito moderno normalizado. É verdade que muito ainda se tem a fazer, sobretudo, como alertam os autores, nas regiões mais turvas desse debate, ali onde se encontram ou se confrontam conhecimentos, saberes locais e objetividades e subjetividades modernas e contemporâneas. Afinal, ainda nos falta saber como separar – se é que separação cabe nessa discussão – o que, de fato, é justo ou válido defender em nome de práticas de liberdade para os sujeitos contemporâneos. Vale o lembrete que o próprio livro traz: “nem tudo que acontece na humanidade é correto e bom”.

Nesse sentido, a fim de colaborar com a discussão, vale destacar uma possível distinção entre processos de liberação e práticas de liberdade. Foucaultianamente, diríamos que um e outro não são a mesma e única coisa; se relacionam, mas não se igualam. Sendo os processos de liberação as formas como nos livramos da dominação do outro (do Estado, da família, das instituições, das disciplinas escolares, etc.), as práticas de liberdade são as maneiras pelas quais damos forma ou construímos ou, ainda, damos materialidade às novas (acreditamos) práticas de existência. Tais maneiras podem nos dar a possibilidade de definir como e de que modo essas novas existências são ou não satisfatórias na ou para a convivência pública. Uma coisa é advogar e desejar a existência de novas práticas culturais e sociais, e outra coisa é cultivá-las, o que nada mais é do que praticar a liberdade de maneira ética (grande desafio!).

Esse debate é muito importante quando nos propomos a pensar em práticas interculturais, principalmente porque, se a interculturalidade é a possibilidade de romper com a simples convivência de diferentes culturas num mesmo espaço e tempo – uma vez que ela permite que os tempos, os espaços e os sujeitos se mesclêm e se confundam, portanto o sujeito está autorizado a transitar por entre-tempos-espaços –, as práticas dos sujeitos merecem ser, por meio de pesquisas acadêmicas (já que falamos desse lugar), escrutinadas em seus tempos-espaços a fim

de revelarem se são ou não, se estão ou não a favor da liberdade e da emancipação. Isso só será possível se entendermos liberdade não como um valor em si, mas como prática que nega a escravidão de si mesmo e do outro e se concebermos a emancipação no sentido mostrado por Rancière, em *O mestre ignorante*, ou seja, não como a forma de se livrar de alguma coisa que impede o sujeito de ser, mas como a capacidade de, ao reconhecer isso, arcar com todas as consequências que virão; afinal, uma vez libertos de certas formas de dominação, teremos ainda um longo percurso a trilhar (senão a vida toda) na luta por provar se estamos mesmo decididos a experimentar novas existências.

Assim, o livro de Antonio Flavio e Vera Candau parece dizer que esse será o desafio futuro das novas produções nessa área: se até o momento fomos capazes, sobretudo, de distinguir (teorizar) as diferentes formas ou manifestações da interculturalidade, agora é necessário saber, por meio das práticas dos sujeitos, como elas se confrontam, interagem, mesclam-se, enfim, fundem-se, produzem mutação a favor de práticas de liberdade, de práticas de emancipação, seja na sociedade em geral, seja na escola de modo particular. Não basta mais dizer que é urgente construirmos sociedades mais abertas; resta-nos dizer (escrever/pesquisar/teorizar) que aberturas estão sendo praticadas.

Os convidados para compor o presente livro ofereceram seus escritos, seus corpos e pensamentos na direção do desafio lançado e, obviamente, a perspectiva intercultural foi usada (no sentido de ser útil) à exaustão. Contudo, os autores movimentaram ou agenciaram outros nomes para falar dela – ambivalência, etnomatemática, letramento, tradução, crítica, cultura, *comcultura*, emancipação, ética, entre outros – mostrando, assim, que o debate da interculturalidade representa uma constelação de outros discursos ou, talvez, de outras noções. Se ela sozinha não é tudo, na companhia de outras noções pode se tornar bastante eficaz para a análise das práticas interculturais sociais e escolares. O que essas noções trazem de comum e que as aproxima da interculturalidade é a crença de que os sujeitos produzem outras práticas e vivem ou querem viver outras existências, isto é, produzem ou podem produzir novas maneiras de existir. Os capítulos do livro exigiram esse pressuposto a cada instante: uns pediram para valorizar outras matemáticas; outros pediram para valorizar outras histórias; outros queriam novos espaços, novas práticas éticas; outros, ainda, queriam outras sociologias, outras leituras do mundo e, também, a fluidez dos sentidos como modo particular de conhecer a realidade. Vê-se que a interculturalidade está na companhia de todos os temas que, em princípio, defendem a diferença, o outro, o estranho, sem perder o foco na igualdade (a justiça).

Contudo, seria prudente conferir se as diferentes noções convocadas para discutir a interculturalidade a potencializam ou, de alguma maneira, a interrogam; parecem, na verdade, fazer as duas coisas. A

noção de *comcultura* é um bom exemplo para esse duplo exame, pois parece dar um passo em outro lugar. Ela não se vale apenas de uma oposição entre multiculturalismo e interculturalidade, nem se restringe ao princípio básico da própria interculturalidade crítica, que sustenta a necessidade do reconhecimento do outro e da negociação cultural, objetivando construir sociedades democráticas. A noção de *comcultura* visa à presença de sistemas de cultura que funcionam de maneira fluida dentro e, quem sabe, fora, talvez ao lado, em cima, embaixo de outros sistemas culturais; nela, a intencionalidade política (a igualdade, a justiça) já não é tão concreta; está presente, mas pode ser fluida. No entanto, concomitantemente, ela parece respeitar outro princípio: o de viver as práticas (curriculares, sociais, culturais) como forma de produção de sentidos; sentidos que parecem dizer respeito a outras formas de estabelecer fronteiras, senão “desfronteirizar”. Isso não significaria despolitizar, mas sim politizar de muitas maneiras, de outros lugares e de outros espaços. Parece dizer que, juntos e misturados, podemos alterar e produzir outras realidades.

Outra noção que parece ilustrar essa dubiedade é a de ética, tratada no último capítulo do livro. Embora o autor não tenha feito nenhum desnível na noção de interculturalidade e, portanto, apoiado o debate da convivência, do diálogo e da negociação cultural nos moldes definidos, ele a interroga quando pergunta se não deveríamos estabelecer alguma baliza para examinar de qual diferença se trata, pois, afinal, a moral não é a ética; alguém terá que refletir sobre as propostas e práticas em curso.

Por fim, vale mencionar que o livro, tentando atender ao debate das disciplinas escolares, dividiu os capítulos ainda sob a forma disciplinar, isto é, os especialistas convidados versaram sobre a interculturalidade a partir de suas formações e atuações em disciplinas escolares específicas, de maneira que a defesa da referida perspectiva se dá, sobretudo, sob a égide de referenciais do ensino da matemática, da história, da geografia, das artes, da biologia, da educação física, das letras, da sociologia e da filosofia. Outros autores defenderam a interculturalidade a partir de temáticas como a da identidade e a da educação de jovens e adultos. Por um lado, isso mostra o trabalho e o esforço que profissionais das diversas áreas têm dispensado para analisar práticas pedagógicas que estão sendo propostas ou realizadas em seus respectivos campos de atuação, a fim de pensar um currículo orientado para a interculturalidade. Por outro lado, a organização do livro retrata o próprio instante em que a produção da interculturalidade em currículos se encontra: as disciplinas são preservadas em seu núcleo formador e lutam de modo específico e geral. Específico porque defendem as disciplinas, desde que praticadas de outra maneira; geral porque, se praticadas de outra maneira, essas disciplinas podem contribuir para uma sociedade intercultural. Talvez aí esteja não uma contradição ou mesmo uma circularidade

da proposta intercultural, mas sim uma ambivalência: a capacidade de viver juntos, misturados e separados, desconhecidos, famosos e anônimos, amigos, inimigos e produtivos, excludentes, inclusivos e militantes, propositivos, incertos e preguiçosos, vizinhos, colados e distantes...

Mas ainda é muito cedo para definir o que acontece de fato nessa seara intercultural; aguardemos os novos desdobramentos. O livro tem importância fundamental para atualizar o debate e ajudar a pensar o que virá.

ANDRÉ MÁRCIO PICANÇO FAVACHO

Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

*amfavacho@hotmail.com*